

PARANÁ LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO: ANÁLISE E PERSPECTIVAS

Equipe Técnica: Marta C. D. O. Freitas¹, Gilmar Neves¹, Rafael Dias¹, Mariana Ricciardi¹, Salatiel Turra², Edmar W. Gervásio², Fabio Mezzadri², Larissa Nahimy² e Derli Dossa²

INTRODUÇÃO

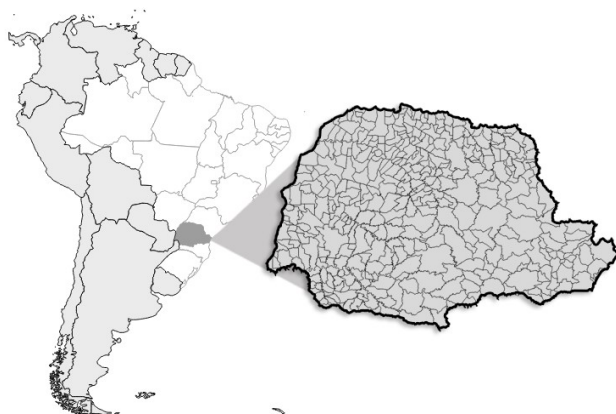
O Estado do Paraná vem se consolidando cada vez mais na produção agropecuária brasileira, por meio do aumento da produtividade e pelo uso avançado de tecnologia nas suas lavouras, pomares e rebanhos, mesmo dispondo de quantidade limitada de novas áreas para incorporação na atividade agropecuária. Desta forma, coube ao Paraná uma única escolha: produzir com qualidade e sanidade para ser competitivo em todos os mercados, seja no âmbito nacional ou internacional.

Por esta razão, o Estado, por meio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – Adapar, juntamente com o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, elaborou este relatório a fim de demonstrar a importância econômica da produção agropecuária paranaense, sua estrutura de defesa agropecuária estadual e sua capacidade de prevenção primária e secundária ante os riscos de introdução de doenças de impacto. O presente relatório dispõe de dados e informações sobre a capacidade do Estado do Paraná em garantir a manutenção de uma área livre de febre aftosa sem vacinação, com os potenciais benefícios que a mudança de status sanitário pode proporcionar.

O ESTADO DO PARANÁ

O Paraná faz divisa, ao Norte com o Estado de São Paulo, a Noroeste com o Estado do Mato Grosso do Sul, a Oeste com a República do Paraguai, a Sudoeste com a República da Argentina, ao Sul, com o Estado de Santa Catarina e a leste é banhado pelo Oceano Atlântico.

Figura 01 - Mapa do Estado do Paraná e suas divisões municipais



Fonte: Adapar (2018).

¹ Agência de Defesa Agropecuária do Paraná

² Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2018), a população paranaense estimada, em 2018, foi de 11.348.937 pessoas, distribuídas nos 199.314,85 quilômetros quadrados de área territorial, dividida geopoliticamente em 399 municípios, tendo como capital a cidade de Curitiba.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR

A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, autarquia com patrimônio e receitas próprias e autonomia técnica, jurídica e financeira, foi criada pela Lei Estadual nº 17.026 de 20 de dezembro de 2011. Substituiu o Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da SEAB, e recebeu todas as competências necessárias para a execução do serviço oficial de defesa agropecuária, dentre elas a execução das políticas públicas de promoção à saúde animal, sanidade vegetal, a inspeção dos produtos de origem animal, o diagnóstico de doenças em animais, pragas vegetais, análise de alimentos e outras atividades correlatas.

Tabela 01. Estrutura atual de pessoal da Adapar (2018)

ESTRUTURA ATUAL – 2018	
Fiscais de Defesa Agropecuária	398
Médicos Veterinários	245
Engenheiros Agrônomos	152
Biólogos	1
Assistentes de Fiscalização	249
Técnicos Agrícolas	246
Técnicos de Laboratório	3
Administrativos	178
TOTAL	825

Fonte: Adapar/GRH

A Adapar está organizada com estrutura física de 22 Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária (URS), subdivididas em 135 Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA), 33 Postos Fixos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA). Além dos 825 servidores (tabela 01), a Adapar conta ainda com o incremento e parceria de 414 funcionários autorizados lotados nos 250 Escritórios de Atendimento do Município (EAM) e 3.833 médicos veterinários da iniciativa privada cadastrados na Adapar, com algum relacionamento com a agência.

Para o cumprimento de sua missão institucional, além do Diretor Presidente, a Adapar conta com duas Diretorias, a Diretoria de Defesa Agropecuária – DDA e a Diretoria Administrativo-financeira - DAF.

As Diretorias desempenham suas funções no âmbito administrativo e técnico, na unidade central (sede), localizada na capital do Estado do Paraná, Curitiba. Estão subdivididas em gerências, que por sua vez subdividem-se em coordenações ou divisões, para melhor gerir e dar suporte à execução dos Programas Finalísticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços.

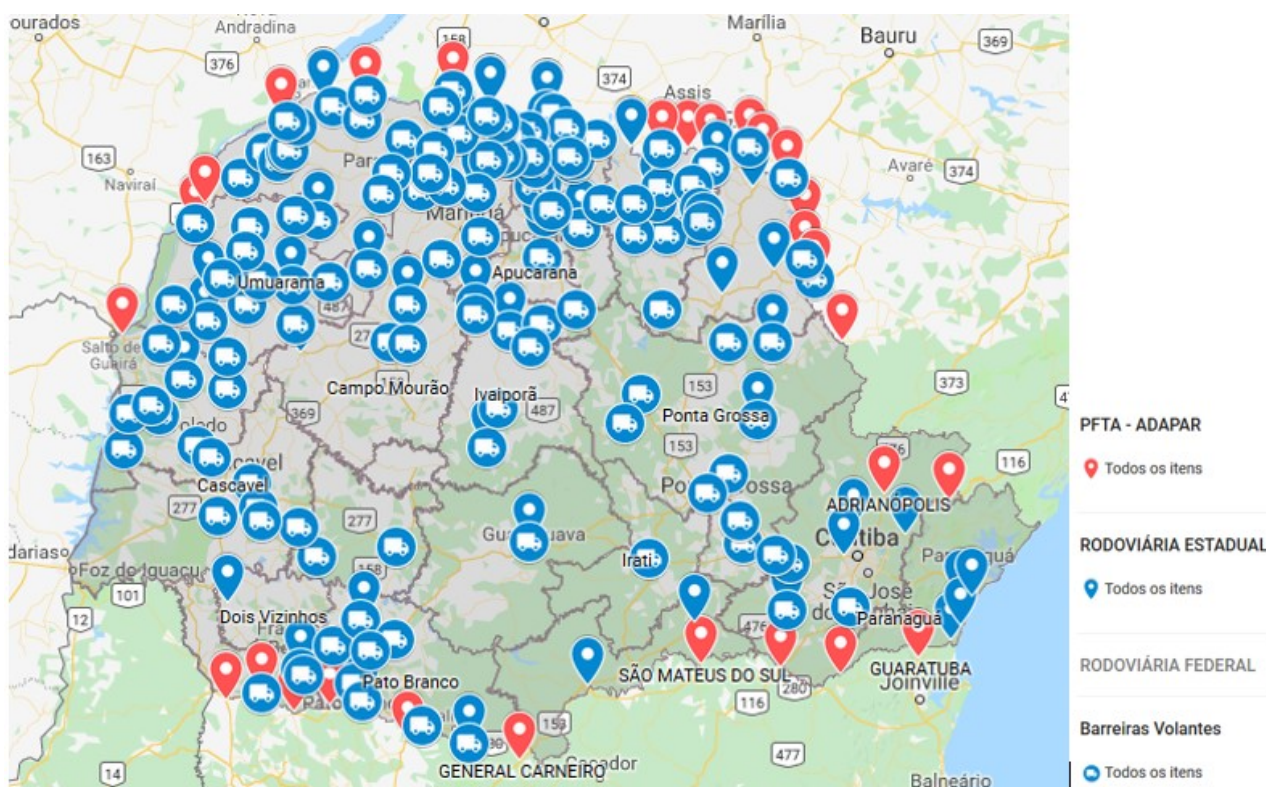
Estrutura para Fiscalização do Trânsito Agropecuário

A Gerência do Trânsito Agropecuário – GTRA, subordinada à Diretoria de Defesa Agropecuária, tem como atribuição controlar, fiscalizar e monitorar o trânsito de animais, vegetais, insumos, seus produtos, subprodutos e resíduos, máquinas e implementos com o objetivo de mitigar ou eliminar a difusão de pragas e enfermidades no Estado do Paraná. Subdivide-se em controle do trânsito vegetal e animal, esta responsável também pela fiscalização de eventos agropecuários

Além das ações contínuas nos postos fixos, realiza sistematicamente fiscalizações volantes por meio de veículos equipados com todo aparato necessário ao cumprimento das ações fiscalizatórias. A equipe de fiscais da GTRA executa ainda, ações estratégicas em conjunto com a Gerência de Saúde Animal - GSA, com base em estudos de risco e probabilidade, a fim, de evitar a entrada de pragas e doenças no Estado.

Em dezembro de 2015, o governo do Estado do Paraná sancionou a Lei nº 18.669, que estabeleceu que o transporte de animais vivos de interesse da defesa agropecuária, ovos férteis, produtos e subprodutos e resíduos de origem animal nas rodovias e estradas do Estado do Paraná destinados à cria, recria, engorda, reprodução ou abate deverão, também, obrigatoriamente, submeter-se a fiscalização nos postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual. Essa parceria fortaleceu a fiscalização do trânsito agropecuário também no interior do estado, amplificando sua capacidade de atuação.

Figura 02 - Mapa de distribuição dos PFTA, dos Postos da Polícia Rodoviária Estadual no Paraná e dos pontos onde ocorreram fiscalizações volantes em 2018.



Fonte: Adapar/GTRA 2018

Com as parcerias formadas, observa-se uma capacidade ampla de fiscalização do trânsito agropecuário, presente em todas as macrorregiões do Estado, e que são executadas estrategicamente após análise de risco.

FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO DE ANIMAIS, PRODUTOS E SUBPRODUTOS

O Paraná mantém um controle efetivo da movimentação de ingresso e egresso (saída) no Estado de animais, produtos e subprodutos, por meio dos PFTA, ULSAs e sistema informatizado, assegurando a atual condição sanitária do rebanho paranaense.

Tabela 02: Número de bovinos que entraram e que saíram do Paraná nos anos de 2016, 2017 e 2018 e sua porcentagem em relação ao rebanho total de bovinos do Estado.

Ano	2016				2017			
Rebanho Bovino Paranaense	9.487.999				9.370.139			
Finalidade	Ingresso		Egresso		Ingresso		Egresso	
	Nº Animais	% (rebanho no ano)	Nº Animais	% (rebanho no ano)	Nº Total de Animais	% (rebanho no ano)	Nº Animais	% (rebanho no ano)
Abate	7.623	0,08%	4.449	0,05%	8.905	0,10%	3.002	0,03%
Cria/Engorda	101.528	1,07%	20.330	0,21%	85.310	0,91%	18.757	0,20%
Cria/Reprodução	8.671	0,09%	11.185	0,12%	9.239	0,10%	11.701	0,12%
Outros	3.057	0,03%	1.179	0,01%	3.333	0,04%	1.206	0,01%
Total	120.879	1,27%	37.143	0,39%	106.787	1,14%	34.666	0,37%

Fonte: Adapar/GTRA, 2018

Ano	2018				Média no Período			
Rebanho Bovino Paranaense	9.239.377				9.365.838			
Finalidade	Ingresso		Egresso		Ingresso		Egresso	
	Nº Animais	% (rebanho no ano)	Nº Animais	% (rebanho no ano)	Quantidade de Animais	% (rebanho no período)	Quantidade de Animais	% (rebanho no período)
Abate	803	0,01%	1.769	0,02%	5.777	0,06%	3.073	0,03%
Cria/Engorda	63.136	0,68%	41.260	0,45%	83.324	0,89%	26.782	0,29%
Cria/Reprodução	6.864	0,07%	10.551	0,11%	8.258	0,09%	11.146	0,12%
Outros	4.342	0,05%	1.349	0,01%	3.577	0,04%	1.245	0,01%
Total	75.145	0,81%	54.929	0,59%	100.936	1,08%	42.246	0,45%

Fonte: Adapar/GTRA, 2018.

Considerando o risco de entrada de doenças de impacto na pecuária paranaense, observa-se a partir das tabelas acima que a finalidade mais expressiva de ingresso de bovinos no Estado foi a de **cria/engorda**. Entretanto, isso significou, em média **0,89%** em relação ao rebanho total do Paraná, no período de 2016 a 2018. Assim sendo, há indícios de que o represamento de animais destinados a esta finalidade representará pouco impacto à cadeia produtiva após a retirada da vacina contra febre aftosa.

Outra finalidade de grande importância à cadeia produtiva é a de **cria/reprodução** devido ao valor genético agregado. Essa movimentação de ingresso representa **0,09%** em relação ao rebanho total do Estado, considerando-se a média dos anos de 2016 a 2018. Entretanto deve-se observar que a média de saída de animais do Estado no mesmo período e para a mesma finalidade foi de **0,12%**. Com isto pode-se inferir que o Paraná tem um rebanho com boa genética e envia mais animais para fora do Estado do que recebe.

Com a implantação de área livre de febre aftosa sem vacinação, haverá proibição de entrada de bovinos e bufalinos de Unidades da Federação com status diferente. Esta entrada representa, em média, (últimos 3 anos), em torno de **1,08%** ao ano em relação ao rebanho do Estado. Salienta-se que os bovídeos de áreas livres com vacinação ficam impedidos de entrar no Estado e, as demais espécies susceptíveis (ovinos, caprinos e suínos) poderão entrar mediante autorização do serviço oficial, conforme previsto na Instrução Normativa nº 44, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de 2 de outubro de 2007.

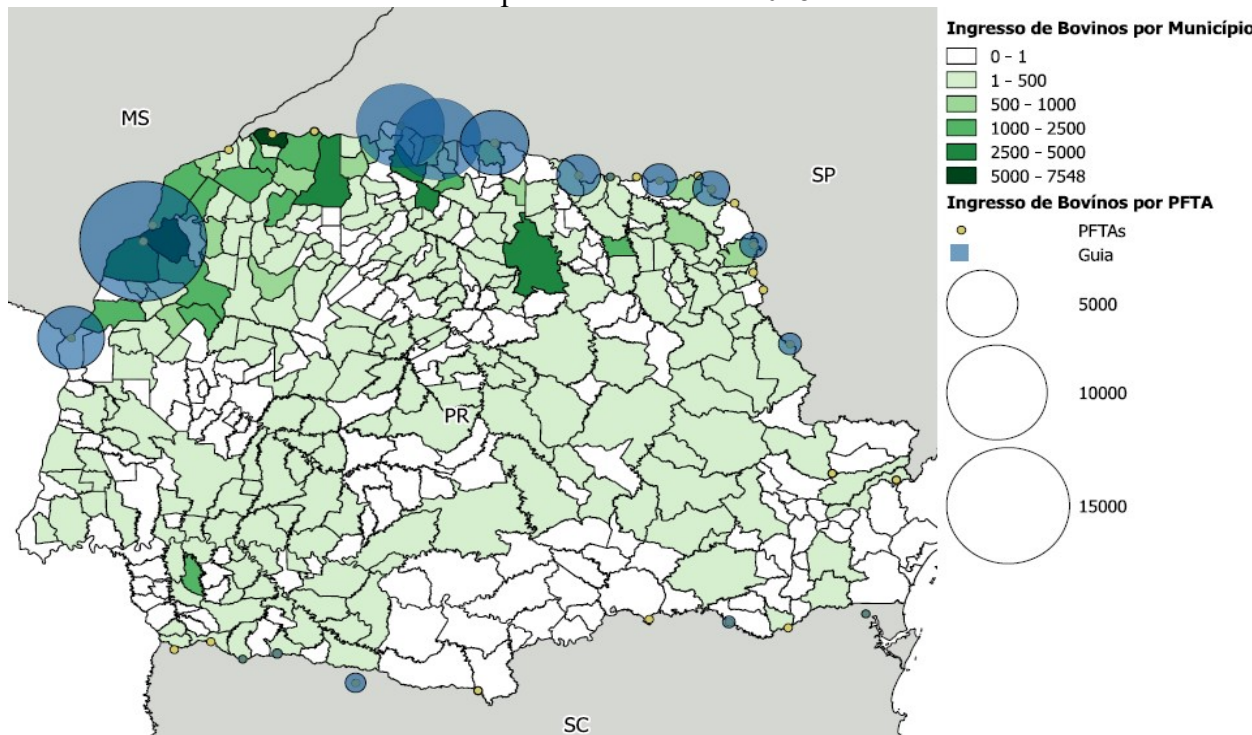
A Adapar tem cadastradas 179.111 explorações pecuárias com bovinos e 164.616 produtores rurais. Em análise realizada pela Gerência de Trânsito Agropecuário com base nos registros do Sistema de Trânsito Agropecuário – Sistran e considerando o ano de 2018, apenas 746 (**0,45%**) produtores paranaenses estiveram envolvidos nas movimentações de ingresso de bovinos. Este dado é importante na análise quantitativa de produtores que possam vir a sentir algum prejuízo na impossibilidade de trazer gado para o Estado, após a retirada da vacina contra febre aftosa, nos anos que se seguirem até que todas as UF parem de vacinar. Com a retirada de vacinação de outras UF, a situação tende a normalizar-se.

Nos registros do Sistran de 2018, é possível observar ainda que aproximadamente **50%** das movimentações relacionadas a ingressos de bovinos se concentram em apenas **30** produtores rurais, tornando mais evidente a afirmação de que o maior volume de animais que entra no Estado pertence a um pequeno número de produtores rurais, indicando que a maioria dos produtores não será afetado com a retirada da vacina.

É relevante observar que políticas estaduais de tributação no setor pecuário podem interferir e influenciar de forma acentuada na movimentação de bovinos entre os estados da Federação, o que ajuda a justificar eventuais flutuações na quantidade de animais que entram e saem do estado, como se observa na tabela 02.

A seguir, é apresentado espacialmente o ingresso de bovinos via Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA), na figura 03.

Figura 03: Mapa do Paraná com a representação do Ingresso de bovinos, demonstrando os PFTA por onde entram os bovinos e os municípios de destino em 2018.



Fonte: Adapar/GTRA

Com relação à finalidade de cria/engorda em 2018, foi registrada a entrada de bovinos de 12 diferentes Estados, que representaram 83,9% do total de ingressos de bovinos no Paraná. Destes, o Estado de Mato Grosso do Sul foi responsável por 46,6%, seguido do Pará com 27,92% e Mato Grosso, com 12,12%. Os demais estados representaram 13,3% dos ingressos de bovinos.

HISTÓRICO DO COMBATE À FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO PARANÁ

O Programa de profilaxia e controle da doença iniciou em 1972, com fulcro no Decreto Estadual nº 52.344/64, consolidando-se com a Lei Estadual nº 7.065, de 06 de dezembro de 1978 e demais atos complementares. Na época, o programa estava amparado no cadastramento de propriedades, vigilância e vacinação quadrimestral com vacinas hidróxi-saponinada.

Até 1979 não houve, de certa forma, grande progresso no controle da enfermidade e chegou-se a constatar, naquele ano, 1.436 focos.

A partir do início da década de 80, investiu-se em âmbito nacional na melhoria da qualidade da vacina, no aperfeiçoamento das estruturas de defesa sanitária do estado e a sua caracterização epidemiológica. Este último fator permitiu que fosse adequada a estratégia de ação, mudando as épocas de vacinação e quebrando o ciclo e a sazonalidade dos focos. Em 1990, passou a ser obrigatória a vacinação com vacina potencializada de longa duração de imunidade.

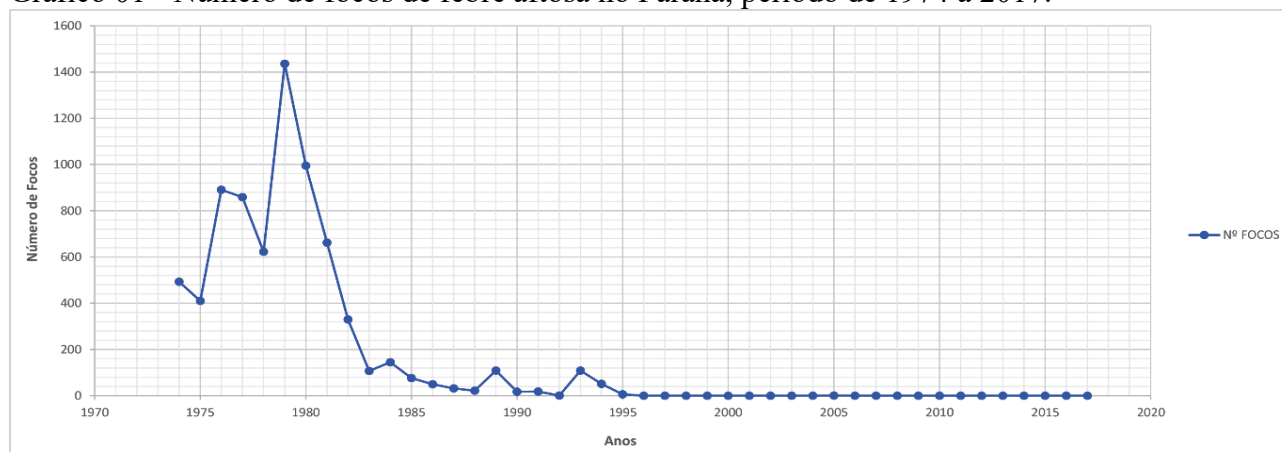
A mudança da estratégia da vacinação e o uso da vacina com adjuvante oleoso levou à significativa redução da doença até o ano de 1995.

Em 06 de agosto de 1996 entrou em vigor a Lei Estadual nº 11.504, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2.792, de 27 de dezembro 1996, que normatizou a Defesa Sanitária Animal no Paraná.

Em 1999 foi realizado no Paraná o inquérito soropidemiológico para estudo de circulação do vírus da febre aftosa, visando reconhecimento de zona livre de febre aftosa com vacinação.

No mês de dezembro de 1999, a Portaria nº 618/99 do MAPA declarou a zona formada pelo Estado do Paraná, pelo Distrito Federal e municípios pertencentes aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso como zona livre de febre aftosa com vacinação. Em maio de 2000, essa área foi reconhecida pela OIE como zona livre de febre aftosa em que se pratica vacinação.

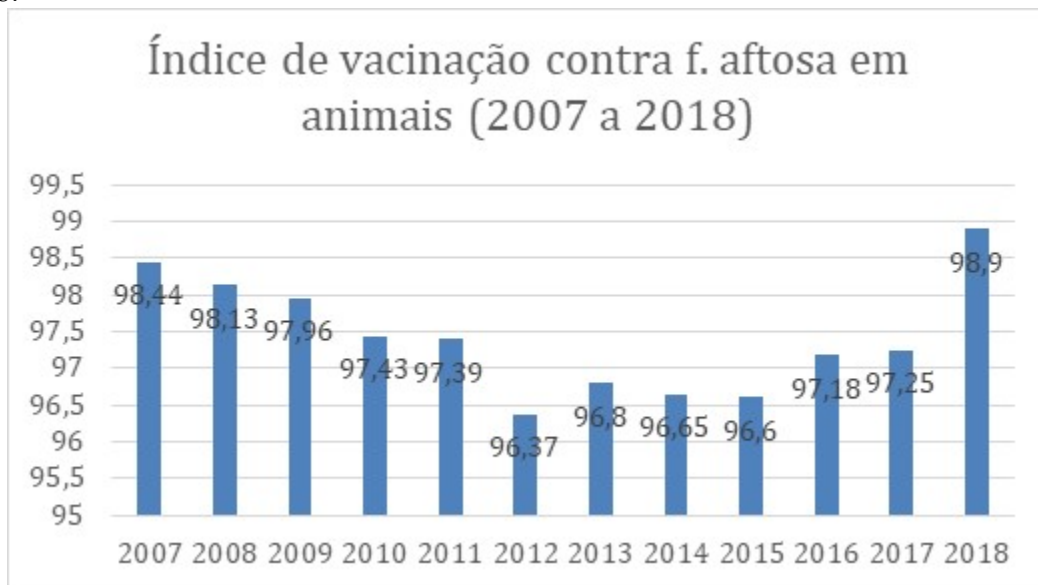
Gráfico 01 - Número de focos de febre aftosa no Paraná, período de 1974 a 2017.



Fonte: Adapar, 2018.

O Paraná, há mais de 10 anos, vem obtendo índices acima de 96% de vacinação nos animais, sem registrar nenhum novo foco.

Gráfico 02: Percentual de bovídeos vacinados contra febre aftosa no Paraná, no período de período de 2007 a 2018.



Fonte: Adapar/GSA

Vale destacar que, qualquer caso suspeito de doença vesicular é de notificação compulsória e imediata. Todo o médico veterinário, produtor rural, transportador de animais, profissionais que atuam em laboratórios, instituições de ensino e pesquisa têm o prazo máximo de 24 horas para notificação ao serviço oficial, de qualquer suspeita de enfermidade vesicular, tendo o serviço veterinário oficial, o prazo máximo de 12 horas para efetuar o atendimento à notificação.

Além do atendimento de suspeitas de doenças infecciosas e enfermidades sob programas oficiais realizados pela Adapar, também são feitas inspeções e vistorias em vários momentos, tais como: controle de trânsito em PFTAs, fiscalização em barreiras volantes (equipes móveis), eventos agropecuários, abatedouros e fiscalização direta nas propriedades rurais.

ANÁLISE DE CUSTO BENEFÍCIO (ACB) PARA A RETIRADA DA VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA NO ESTADO DO PARANÁ: Um estudo de caso

Em 2010, foi realizado um estudo sobre análise de custo benefício de estratégia de controle de Febre aftosa no estado do Paraná pelo Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira (UnB), Celso Doliveira (Faep) e Silmar Burer (Seab). Tal estudo, envolveu questões que afetam a produção pecuária no Estado tendo alguns pontos positivos e outros negativos dentre as alternativas. O problema enfrentado pelos Governantes da área no Estado era decidir se o rebanho paranaense continuaria a vacinação no modelo atual ou avançaria na tecnologia retirando a vacinação com efeitos diretos no bem-estar animal, no Mercado de insumos e produtos, bem como nas exportações.

A pesquisa teve como suporte metodológico a análise de Custo/Benefício (C/B), a Taxa Interna de Retorno (TIR) e o Valor Presente Líquido (VPL).

As análises apresentaram os seguintes resultados, respectivamente:

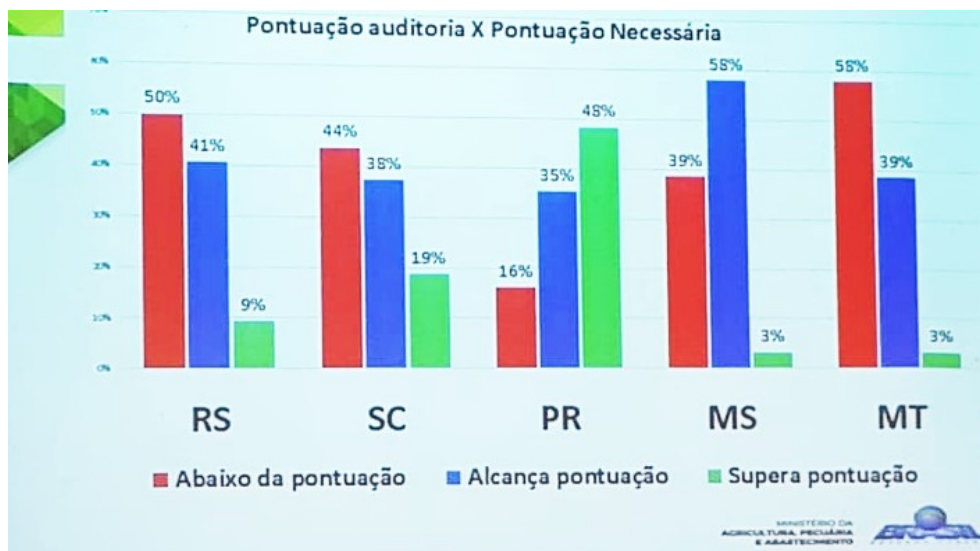
- C/B: 1,341, sugerindo que para cada R\$ gasto com Custo é esperado R\$ 1,34 de Benefício;
- TIR: 10,83%, bastante superior à taxa de desconto aplicada em todas as séries de custos e de benefícios (de 6%);
- VPL: R\$ 1,2 bilhão, indicando benefícios superiores aos custos da nova estratégia por uma margem de aproximadamente 25%;

Portanto, os resultados, demonstraram-se favoráveis a implantação do plano elaborado, concluindo ser interessante a retirada da vacinação na pecuária paranaense, desde que haja cautela, no sentido de que certas unidades de benefício só se materializam à medida que ocorram certas unidades de custo e firmeza, por parte dos proponentes da nova estratégia para que ela seja percebida como uma alternativa efetiva de política pública.

RELATÓRIO DE AUDITORIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO PARA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO VETERINÁRIO ESTADUAL DO PARANÁ

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, por meio do Departamento de Saúde Animal - DSA e, em específico, pela Coordenação de Avaliação e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários – CASV, realizou, no período de 15 a 19 de janeiro de 2018, uma auditoria para avaliar a qualidade do Serviço Veterinário executado pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar.

Gráfico 03: Comparativo entre resultados da auditoria realizada nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso



Fonte: MAPA/2018

Na auditoria foram colhidas e avaliadas informações da Unidade Central (sede da Adapar, em Curitiba), de seis Unidades Veterinárias Locais- UVLs, na denominação utilizada pelo MAPA (Unidades Locais de Sanidade Agropecuária - ULSAs, na nomenclatura oficial da Adapar), de dois Escritórios de Atendimento à Comunidade - EACs (Escritório de Atendimento Municipal - EAM) e de dois Postos Fixos de Fiscalização de Trânsito - PFF (Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário - PFTA, na denominação da Adapar).

Como explicita o relatório de auditoria, o objetivo foi avaliar as instâncias central, intermediária e locais do Serviço Veterinário do Estado do Paraná quanto aos recursos humanos, físicos e financeiros (considerando estrutura, funcionamento, organização e outros), capacidade técnica e operacional, interação entre o setor público e privado e a capacidade de dar pleno cumprimento às normas nacionais e internacionais em saúde animal e dos programas nacionais de prevenção, controle e erradicação de doenças em execução no País, entre os quais, o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA.

Nas considerações finais do relatório em comento, os auditores do MAPA avaliaram que “a ADAPAR, apesar de ter sido criada há pouco tempo, possui estrutura técnica, legal e física

compatível com a necessidade do agronegócio paranaense. Está estruturada com base em legislação estadual dos programas oficiais de enfermidades de interesse do Estado e do País, bem como, normas e manuais que tratam da execução dos mesmos. Possui vários sistemas informatizados interligados, com diversas funções que facilitam a organização, gestão e dão transparência aos processos de cadastro e certificações. O estado conta com o Fundepec e com o Funasavi, os quais participam ativamente com a finalidade de complementar e agilizar ações de desenvolvimento e defesa sanitária animal”.

FUNDEPEC

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná – FUNDEPEC foi criado em 14 de novembro de 1995, reunindo instituições representativas de produtores rurais e da indústria, para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da pecuária, posteriormente estendido para a produção vegetal e viabilizar ações de defesa sanitária no Paraná. Atua no sentido incorporar a iniciativa privada nas ações de defesa da agropecuária e de ajudar o Estado a modernizar o seu sistema de defesa sanitário. Seus principais objetivos são:

- Viabilizar recursos para a defesa agropecuária do Estado do Paraná;
- Propor ações voltadas à uma política de desenvolvimento da Agropecuária paranaense;
- Dar apoio técnico e operacional aos órgãos oficiais responsáveis pela defesa agropecuária;
- Arrecadar e aplicar as receitas que lhe forem destinadas pelo Conselho Deliberativo; receber, administrar e aplicar recursos provenientes de convênios e contratos firmados com instituições públicas e privadas;
- Receber, administrar e aplicar recursos provenientes de financiamentos, doações de origem pública, privada, estadual, federal e/ou internacional;
- Promover a indenização aos produtores rurais paranaenses, referente aos animais sacrificados, com objetivo de erradicar ou controlar quaisquer doenças no estado, quando houver orçamento para efetivar as ações;
- Propor o planejamento estratégico da defesa agropecuária e de ações que envolvam a melhor qualidade, produtividade, competitividade e rentabilidade da produção.

Figura 04: Balancete do Fundepec atualizado em 31/12/2018



SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/12/2018

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
1 - 13	14							
Saldo C/C	251,77			77,68				329,45
Serviços D.S.A	403.544,18			138.681,09	542.225,27			-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		43.571.944,28		2.341.952,64		50.211.329,98
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		4.507.112,10		192.156,99		16.848.880,93
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		4.367.809,73				8.192.344,36
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		170.098,45				247.421,23
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			16.680,34				22.518,95
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		213.550,11				297.558,02
Pgto. Indenização Sacrificio Animais *						141.031,00		(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias							77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio Animais *			141.031,00					141.031,00
TOTAL	20.744.433,77	4.624.105,00	141.031,00	52.985.953,79	542.225,27	2.675.140,63	77.567,43	75.742.815,50
SALDO LÍQUIDO TOTAL								75.742.815,50

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

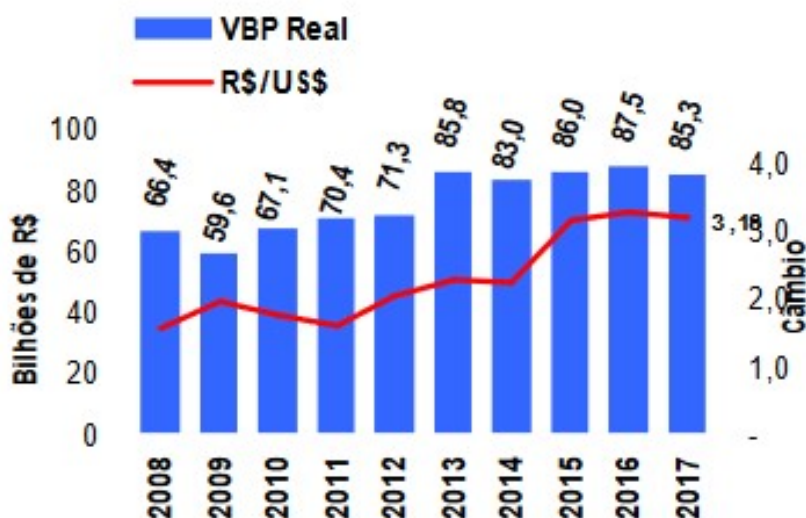
Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora
CO - CRC/PR-045.388/O-9

O AGRONEGÓCIO PARANAENSE

A agropecuária do Paraná apresentou, em 2017, o melhor desempenho nos últimos quatro anos. A safra recorde de grãos e o bom resultado da pecuária fizeram o Produto Interno Bruto (PIB) do setor crescer 11,5% em 2017. A linha de tendência do Valor Bruto de Produção (VBP) da agropecuária segue crescendo. Em 2016, representou R\$ 87,5 bilhões à economia do Estado, de acordo com dados do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura (Seab).

Gráfico 04: Evolução do VBP rural em valores reais de 2008 a 2017.



Nota ¹ Os valores são deflacionados utilizando-se o IGP-DI da FGV, acumulado de julho a junho. Base jun/17=100.

Fonte: SEAB/DERAL

VBP da Pecuária Paranaense

A produção e o mercado interno do Paraná são explicitados pelo Valor Bruto da Produção-VBP. Entre 2016 e 2017 ocorre no frango de corte uma redução de participação da economia paranaense. Esta redução encontra duas causas principais. A primeira ocorrida no 1º semestre com economia adversa e, a segunda resultou da operação “Carne Fraca”, desencadeada pela Polícia Federal-PF com prisão de funcionários do MAPA.

Em contrapartida nota-se que o frango de corte é, entre as demais atividades da pecuária, a que apresenta maior sustentabilidade, tendo um VBP maior que as suas três carnes concorrentes (Tabela 03).

Tabela 03: Paraná: valor bruto da produção-VBP de produtos pecuários 2016 e 2017

Especificação	VBP -2016 bilhões R\$	% VBP 2016	VBP -2017 R\$ bilhões	% VBP 2017
Frango corte	14,73	17%	13,06	15%
Leite	5,91	7%	5,70	7%
Suínos raça corte	3,42	4%	3,78	4%
Bovinos corte	3,41	4%	3,36	4%
Total	27,47	32%	26,44	30,0%

Fonte: Seab/Deral

Isto se explica pela forte atuação do cooperativismo na produção e industrialização e exportações. A avicultura avança em abranger cada vez mais espaços no mercado interno e internacional, agregando valor ao seu produto e renda aos produtores associados.

ABATES

Com relação ao abate de animais, considerando as três cadeias mais expressivas da pecuária da região Sul do país, de acordo com os dados anuais e trimestrais (tabela 04 e 05) do IBGE, temos o Paraná liderando o *ranking* de carne de frango, Santa Catarina suínos e o Rio Grande do Sul, o abate de bovinos.

Tabela 04: N° de cabeças abatidas de bovinos, suínos e aves em 2017

Brasil e Unid. da Federação	Suíno	%	Bovinos	%	Aves	%
Brasil	43.185.385	100	30.866.663	100	5.842.721.214	100
Paraná	9.203.619	21,3	1.283.978	4,1	1.841.236.902	31,5
Santa Catarina	11.501.193	26,6	4.318.830	1,4	859.614.563	14,7
Rio Grande do Sul	8.020.730	18,6	1.929.178	6,2	848.323.727	14,5

Fonte: IBGE, 2017

Tabela 05: N° de cabeças abatidas de bovinos, suínos e aves em 2018*

Brasil e Unid. da Federação	Suíno	%	Bovinos	%	Aves	%
Brasil	33.101.742	100	23.752.529	100	4.282.014.322	100
Paraná	6.935.103	21,0	1.053.867	4,4	1.341.631.518	31,3
Santa Catarina	8.775.117	26,5	341.981	1,4	582.281.022	13,6
Rio Grande do Sul	6.130.171	18,5	1.539.039	6,5	637.349.411	14,9

Fonte: IBGE, 2018

* Nota: Dados de janeiro a setembro de 2018

Considerando que o abate de suínos no Estado do Paraná já apresenta resultados relevantes, com a mudança de *status* sanitário para livre de febre aftosa sem vacinação, estima-se um potencial de crescimento no número de abates e, conseqüentemente, exportação.

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO

A balança comercial do agronegócio paranaense teve superávit de US\$ 12,96 bilhões em 2018 superando em US\$ 0,84 bilhão o saldo de 2017. Em termos percentuais, houve aumento de 7 % no superávit do agronegócio de 2018 em relação a 2017. O Paraná exportou US\$ 14,31 bilhões em produtos do agronegócio em 2018, o que representou 14,1% dos US\$ 101,7 bilhões exportados pelo Brasil. O estado é o terceiro maior exportador do agronegócio nacional.

EXPORTAÇÕES DE CARNES

No complexo carnes, o frango foi a proteína animal mais exportada em 2018, tanto nos embarques brasileiros (64%), quanto paranaenses (92%). Nesse período, saíram do Paraná 1,50 milhão de toneladas. Os principais produtos exportados são frango em pedaços e miúdos congelados, que correspondem a 66% do frango exportado pelo Estado.

Com relação a cadeia de suínos, o valor gerado pelas exportações foi 19,6% a menos do que no ano de 2017. Já em relação a cadeia bovina, em 2018, o valor gerado pelas exportações foi 2,8% maior que o ano anterior.

Tabela 06 - Exportações de carnes: bovina, suína e frango de corte no Paraná (2015 a 2018).

CARNE BOVINA		
Ano	Volume (T)	Valor (US\$ FOB)
2018	32.862	125.289.030
2017	28.845	106.955.087
2016	30.625	107.505.670
2015	23.720	77.446.301
CARNE SUÍNA		
2018	106.971	206.893.816
2017	96.827	232.900.741
2016	93.758	196.887.496
2015	64.452	147.762.301
CARNE DE FRANGO		
2018	1.507.004	2.336.455.248
2017	1.574.021	2.511.584.213
2016	1.543.967	2.310.587.878
2015	1.481.879	2.365.492.041

Fonte: Agrostat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC.

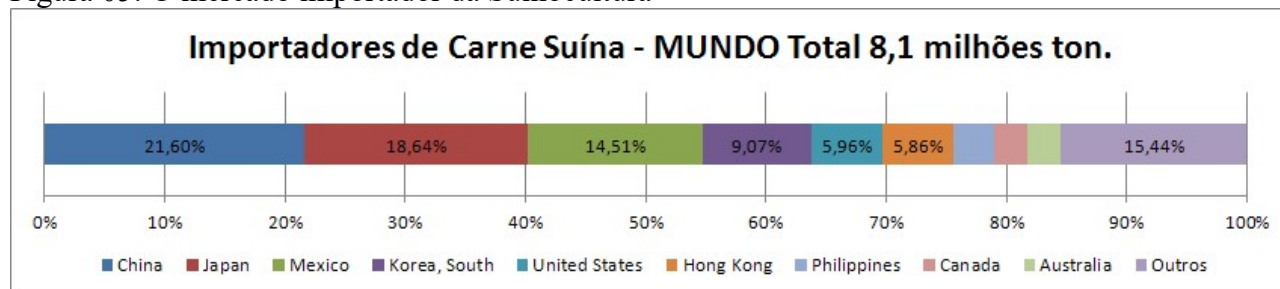
Elaboração: Seab/Deral

Nota: carne bovina (*in natura*, miudezas e industrializada); carne suína (*in natura*, miudezas e industrializada); carne de frango (*in natura* e industrializada).

SUINOCULTURA PARANAENSE

O Paraná produziu em 2017, 828 mil toneladas de carne suína das 3,8 milhões de toneladas do país, 22% do total. O crescimento médio é de 7% das exportações anuais nos últimos 8 anos. Com a abertura de novos mercados espera-se uma evolução crescente. Considerando que a exportação dobre nos dois próximos anos e o aumento do consumo per capita médio mantenha-se em 4% a.a., o Paraná pode alavancar a sua produção de carne suína para próximo de 13%, anualmente (sugere que nos 4 anos crescerá a oferta em mais de 50% em relação atual).

Figura 05: O mercado importador da Suinocultura



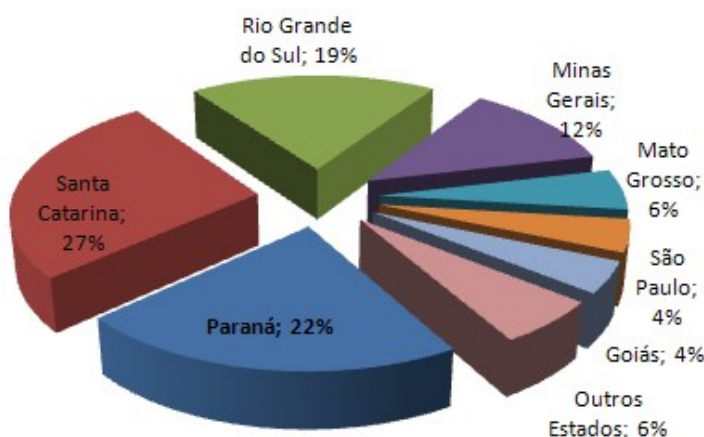
Fonte: USDA, 2018

- O mercado mundial de importação de carne suína é de 8,1 milhões toneladas (USDA, 2018);

- Os quatro maiores mercados para carne suína são: China (21,6%), Japão (18,6%), México (14,5%) e Coréia do Sul (9%). Eles representam 64% do comércio mundial, porém o Paraná não exporta para esses países. Em 2018 o volume totalizou 0,5% do total comercializado;
- O Paraná estaria apto para exportar, sem restrições de mercado, para os quatro maiores importadores mundiais com status de livre de febre aftosa sem vacinação. Estima-se um mercado potencial adicional de 5,1 milhões de toneladas (6 vezes a produção atual);

Em um cenário onde o Paraná consiga 2% desse mercado potencial, as exportações do estado dobram das atuais 107 mil toneladas para mais de 200 mil toneladas.

Gráfico 05: Produção de carne Suína no Brasil foi de 3,8 milhões T em 2017



Fonte: IBGE, 2018.

Brasil exporta em média 19% de sua produção, sendo que o principal comprador era a Rússia até 2017. Após os embargos da Rússia, Hong Kong passou a ser o maior comprador. Em 2018 houve o bloqueio do mercado russo, aumento dos custos de produção e recessão econômica do país. Porém, com a ocorrência de Peste Suína Africana na China e aumento das taxas de importação ao produto americano, houve aumento da importação da carne do Brasil pela China. Em 2017, o preço médio da carne suína exportada foi de US\$ 2.360,00 / T, em 2018 foi de US\$ 1.880,00 / T. Esta queda se deu pela perda da imagem da carne brasileira com as investigações da “Carne Fraca”, greve dos caminhoneiros, etc. Santa Catarina passou a vender para mercados que pagam melhor, como Japão e Coreia do Sul, por ser livre de febre aftosa sem vacinação, status concedido pela OIE em maio de 2007. O preço médio para estes países é de US\$ 3.330,00 / T (jan. a out. de 2018), o que representa 77% a mais do que o preço médio da carne suína no Brasil.

BOVINOCULTURA PARANAENSE

O Brasil conta com um rebanho bovino perto de 215 milhões de cabeças (2017) participando em 21,4% no mundo. O Paraná ocupa a 10ª posição no ranking nacional com um rebanho de 9,3 milhões de cabeças sendo 6,3 milhões pecuária de corte e 3 milhões de cabeças de pecuária leiteira.

No caso Brasileiro o Estado maior produtor de pecuária é Mato Grosso com 29,7 milhões, ou seja, 13% do rebanho Nacional. O crescimento do rebanho pecuário vai continuar sendo feito em direção ao norte por incorporação de novas áreas.

Todavia, nos Estados do Sul e Sudeste isto seria feito por meio de ganhos de produtividade. Novas áreas significam valor menor nos preços que permitem atividades menos competitivas com grãos de serem incorporadas. No caso paranaense isto é inviável dado que a quantidade de área com terras mecanizáveis já está limitada. Contudo, em áreas declivosas, que segundo destacam alguns especialistas, há potencial para incorporação de até 4 milhões de cabeças de bovinos de corte, e estão atualmente subutilizadas. Estas áreas têm bom potencial produtivo e produção de pastagem para uso na pecuária de corte. Mas, para usar mais tecnologia (adubação, reforma de pastagens, entre outras) os produtores devem ter mais crédito de investimento.

Figura 04: Mapa do Paraná demonstrando sua declividade



Fonte: ITCG, 2015.

Estimando-se que sejam acrescidos, ao rebanho atual, mais 4 milhões de matrizes e, ainda, considerando uma taxa de natalidade de 70%, o acréscimo de bezerros gerados seria de 2,8 milhões cabeças. Isto compensaria o déficit potencial de produção de 400-500 mil bezerros. Este é, segundo alguns entendidos, suficientes para evitar animais provenientes de outros Estados. Além disso os déficits de animais podem ser obtidos e compensados por meio de aumento dos índices zootécnicos nas áreas atualmente exploradas.

Tabela 07. Efetivo de rebanho no Brasil, Paraná e Santa Catarina, 2017.

Especificação	Brasil	Paraná	PR/BR	Santa Catarina	SC/BR	SC/PR
População	214 milhões	11,5 milhões	4,3%	6,70 milhões	3,2%	58,0%
Bovinos	214,9 mil	9,37 mil.	4,4%	4,37 mil.	2,0%	46,6%

Fonte: IBGE, (PPM, 2017).

Elaboração: Scab/Deral

O Estado do Paraná atualmente conta com um rebanho bovino de 9,3 milhões de cabeças, destas aproximadamente 6 milhões compõe o rebanho de animais com aptidão para o corte. Segundo estimativa da EMATER (dados levantados no Programa Pecuária Moderna), 2,5 milhões de matrizes compõe o rebanho de corte.

Estes animais estão alojados em 5 milhões de (ha) de pastagens, entre nativas e cultivadas (dados, DERAL e realidade municipal / EMATER). Segundo dados levantados por pesquisadores do IAPAR, existem atualmente no Paraná algo em torno de 2 milhões de (ha) de pastagens “subutilizadas” em áreas declivosas, com lotação próxima a 1 unidade animal (U.A) por hectare.

A região do Arenito possui 3,2 milhões de hectares e hospeda apenas 6,5% do rebanho bovino paranaense. Nesta, há aproximadamente 2 milhões de ha de pastagens, então, visto que o Paraná tem 4,5 milhões de ha de pastagens perenes e 2 milhões estão no Arenito, podemos concluir que o Paraná possui cerca de 2 milhões de ha de áreas declivosas. Os 500 mil ha restantes - que são de áreas planas, são pequenas áreas de pastagens para gado leiteiro em pequenas propriedades, áreas planas em litossolos que não servem para a agricultura e áreas de várzeas.

Atualmente existem técnicas para incrementar a produtividade nestas áreas (declivosas), através da melhoria das pastagens, aliada ao uso de genética superior, o que traria aumento da lotação com produtividade agregada. Segundo especialistas (comunicação oral), podemos concluir que é possível acrescer em torno de 2 U.A. nestas áreas atualmente pouco aproveitadas, aumentando a lotação e gerando um acréscimo no rebanho estadual em 4 milhões de cabeças aproximadamente.

Logicamente que para que isso seja realmente possível, precisamos ter apoio da assistência técnica nestas regiões (figura 04), para que se melhore a oferta de alimentos de qualidade, pilar essencial na pecuária de corte. Além deste quesito, precisamos trabalhar aspectos sanitários, comerciais, genética, manejo e gestão da propriedade, este último ponto ainda deficiente na pecuária de corte paranaense e de fundamental importância.

CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO

O estado do Paraná por meio da sua Agência de Defesa Agropecuária considera que demonstrada a relevância do agronegócio paranaense; a capacidade organizacional do órgão estadual de defesa agropecuária; o efetivo lastreamento dos fundos para enfrentamento de eventuais emergências sanitárias; a forte organização do setor produtivo organizado e, sobremaneira, o comprometimento do Governo do Paraná no fortalecimento das políticas públicas em benefício da agropecuária paranaense, notadamente, na estruturação, capacitação e reposição de pessoal na Adapar entende ser oportuna e estratégica a solicitação para o reconhecimento de área livre de febre aftosa sem vacinação.

A solicitação se respalda na força da pecuária paranaense, seja no desempenho e aptidão da bovinocultura de corte, na elevada genética e produção do rebanho bovino de leite e, de forma muito pronunciada, pelo alto nível tecnológico da suinocultura e da avicultura industrial do Paraná.

CONCLUSÃO

Este documento visa elencar os pontos fortes e perspectivas com a retirada da vacina contra febre aftosa no Estado do Paraná. Como demonstrado, existem diversos ganhos potenciais com a retirada da vacina, a exemplo da suinocultura, que poderá conquistar mercados que pagam melhor pelo nosso produto, aumentando emprego e renda no campo.

A que se considerar ainda a estrutura do serviço de defesa agropecuária, especialmente para fiscalização do trânsito agropecuário e, conseqüente mitigação dos riscos de entrada de patógenos.

O potencial de incremento das áreas declivosas também deve ser considerado, que, com emprego de tecnologia pode aumentar as áreas ocupadas pela pecuária de corte.

Há ainda ganhos indiretos, com a possibilidade aumento da receita com exportações nas cadeias de *commodities* como milho, soja, bem como a cadeia de lácteos que poderão ampliar suas vendas aos mercados externo com valor agregado.

Portanto, o presente relatório demonstra por meio de dados e informações que a suspensão da vacina contra a febre aftosa no Estado do Paraná, com conseqüente mudança do *status* sanitário para o Estado livre de febre aftosa sem vacinação haverá benefícios nas cadeias produtivas, com o aumento do valor agregado, especialmente suinícola, com potencial abertura de novos mercados.